

MOÇÃO

Menos carros, mais transportes públicos!!

No passado dia 7 de setembro comemorou-se o Dia Internacional do Ar Limpo para o céu azul. Esta data foi designada pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) de 19 de dezembro de 2019. Sob o lema “Juntos por um ar limpo” este evento salientou a natureza transfronteiriça da poluição do ar, destacando a necessidade de ação coletiva e concertada desde o local ao global.

A mobilidade das pessoas e bens é um dos principais focos de emissão de gases poluentes e uma questão fulcral para a qualidade de vida das populações. No caso do nosso país, que adotou um modelo de crescimento urbano marcado pela profusa suburbanização cada vez mais longínqua da área central de produção de emprego, a questão acresce de importância devido ao contínuo aumento das distâncias percorridas e dos tempos de viagem nas deslocações pendulares entre residência e trabalho. Por outro lado, também assistimos a uma dispersão do território urbanizado salpicado de cidades de pequena e média dimensão com uma cada vez maior assimetria regional no acesso a bens e serviços.

Todo este desequilíbrio de expansão urbana, que tem levado a forte concentração populacional nas áreas metropolitanas em contraste com o despovoamento de todo o interior do país, tem sido marcado pela intensificação do padrão de mobilidade rodoviário por meio próprio.

Esta opção da “cultura do carro” estimulada pelo mercado consumista, resultou numa intensificação de taxas de motorização que faz com que este negócio, de forma direta ou subcontratada, corresponda a 22% do PIB com 66% da população portuguesa a deslocar-se habitualmente de carro. Toda esta primazia do transporte individual e do investimento em estradas foi acompanhado de um desmantelamento da rede ferroviária que faz de Portugal um dos países da União Europeia com maior desequilíbrio na estrutura modal entre rodoviário e ferroviário, tanto de passageiros quanto de mercadorias. Este perfil de mobilidade implica um acentuado acréscimo de emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), um forte congestionamento de trânsito nos

principais eixos de tráfego, a insegurança de uma elevada sinistralidade e a díspar acessibilidade de meios e de modos de deslocação entre as diferentes regiões do país.

Urge criar uma outra conceção de mobilidade, assente nos transportes públicos coletivos, capaz de interligar o nível local e regional com os corredores rodoferroviários nacionais, complementado por plataformas logísticas que melhorem a eficiência do tráfego e facilitem a formação de cadeias de transporte multimodal. A modernização de estruturas e automatização dos equipamentos de forma a melhorar a comodidade e garantir a segurança dos meios e a diminuir a distância custo e tempo é outra prioridade para tornar o transporte coletivo mais competitivo e atrativo. Neste sentido, é um imperativo dos nossos dias instigar o país a uma aturada reflexão e tomada de consciência da situação atual com o propósito de promover um novo paradigma na política dos transportes. Temos de criar condições para inverter a tendência da supremacia do transporte rodoviário particular que segundo dados dos CENSOS/2021 somente 16.6% da população portuguesa utiliza transportes coletivos, com a agravante de ter diminuído 3.7% de frequência, por comparação com CENSOS/2011. Outro espaço urbano é possível, outro modelo de mobilidade é preciso.

Se o problema tem esta dimensão nacional, o distrito de Braga confirma a realidade. Num território difuso com 838 mil habitantes (8,4% população nacional), configurado por uma urbanização de baixa densidade envolvido numa periferia rural e por um quadrilátero urbano de imagem clássica de cidade central com periferia residencial em crescendo, onde se aglomera 71% da população do Vale do Cávado e do Ave (603 mil habitantes), também assistimos passivamente a um decréscimo do transporte coletivo rodoviário (escolar e empresarial) na ordem 39,7% no Vale do Cávado e 47,1% no Vale do Ave, por comparação entre 2011 e 2021 segundo a fonte citada.

Por isso, de forma abrangente e articulada com o nível de exigência e de procura, fazendo o estudo do território nas suas dinâmicas populacionais, de emprego, escolares e de mobilidade pendular intermunicipal, pode-se construir o ponto de partida basilar para uma alteração dos padrões de mobilidade. Urge criar um Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes (PIMT) das CIM Cávado e Ave, que tenha como principal objetivo elaborar um documento estratégico e operacional que sirva de instrumento de atuação e sensibilização, fomentando a articulação entre os diferentes

modos de transporte. Por outro lado, tenha por intenção implementar um sistema integrado de mobilidade que complemente meios para diferentes espaços e democratize a acessibilidade e o direito à mobilidade das populações. A importância social e económica dos transportes, a garantia da sustentabilidade ambiental e a eficiência do sistema de mobilidade e complementaridade de modos no médio e longo prazo, são preocupações a inscrever em qualquer plano de mobilidade.

Assim, a Assembleia Municipal de Barcelos, reunida em sessão ordinária de 28 de setembro de 2023, delibera o seguinte:

- 1 – Recomendar à Câmara Municipal que proponha ao Conselho Intermunicipal da CIM Cávado a realização de fóruns de debate sobre a mobilidade na região de modo a elaborar um Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes (PIMT) como instrumento que equacione novas formas de organização e gestão da mobilidade quer em termos estratégicos quer em termos operacionais, permitindo uma mobilidade urbana integrada tanto a nível intermunicipal como a nível local;
- 2 – Recomendar à Câmara Municipal que pugne por uma política de transporte público coletivo de estratégia concertada entre as Comunidades Intermunicipais do Cávado, do Ave, do Alto Minho e da Área Metropolitana do Porto, de modo a tornar a mobilidade eficiente e integrada e de competitividade económica, nomeadamente com a criação de um passe de mobilidade intermodal e inter-regional subsidiado pelo Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART);
- 3 - Recomendar à Câmara Municipal que inste o Conselho Intermunicipal da CIM Cávado a apresentar ao Ministério das Infraestruturas, a criação de uma rede ferroviária de ligação direta ao quadrilátero urbano do distrito de Braga com extensão da rede suburbana da CP à ligação Porto-Barcelos e a construção da ligação ferroviária entre Braga e Guimarães.

Barcelos, 24 de setembro de 2023

Os deputados municipais do BE

José Maria Cardoso e Miguel Martins

